

**SCHULZ S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E**  
**CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Schulz S.A. é uma sociedade de capital aberto, cujos atos constitutivos datados de 04/07/1963 estão arquivados na Jucesc sob nº 42300008486. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.693.183/0001-68. Está sediada na cidade de Joinville - SC, Rua Dona Francisca, 6901, CEP 89.219-600.

A Sociedade e suas controladas tem por objeto: (1) A indústria, o comércio, a importação e a exportação de produtos metalúrgicos, de compressores de ar em geral, de compressores de ar e de bombas de vácuo destinados à área da saúde, de ferramentas manuais, pneumáticas e elétricas, de ferramentas manuais de fixação, aperto e corte, de máquinas, ferramentas, utensílios e acessórios para pulverizar e para trabalhar metais, de materiais de escavação e de penetração do solo, de aspiradores, de hidrolavadoras, de bombas e motobombas para recalque de água, de equipamentos mecânicos, hidráulicos e elétricos, bem como de partes, componentes e periféricos desses produtos. (2) A comercialização de graxas e óleos lubrificantes utilizados nos produtos de sua indústria e de seu comércio. (3) A prestação de serviços de usinagem e de pintura de peças fundidas, de prospecção, de instalação, de manutenção e de assistência técnica relacionada com os produtos de sua indústria e de seu comércio. (4) A locação, para quaisquer fins, de compressores de ar e de outros equipamentos de sua indústria e de seu comércio. (5) A participação em outras sociedades, quaisquer que sejam os seus objetivos sociais, para beneficiar-se, ou não, de incentivos fiscais.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 01 de fevereiro de 2019.

**NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, compreendem:

**a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

**b) Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

### **NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

#### **3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Schulz S.A. e sua controlada apresentada abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		31/12/2018	31/12/2017
Schulz Compressores Ltda	Brasil	99,99%	99,99%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- c) Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; e,
- d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação, usando bases de classificação e mensuração uniformes.

#### **3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes**

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

#### **3.3 Compensação Entre Contas**

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

#### **3.4 Conversão de Moeda Estrangeira**

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

- a) Transações em moeda estrangeira

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

- b) Conversão de controladas indiretas no exterior

Os ativos e passivos de controladas indiretas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações contábeis e as correspondentes demonstrações de resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes das referidas conversões são contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, até a venda desse investimento, quando os saldos serão registrados na demonstração do resultado do exercício.

### 3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

### 3.6 Ativos Financeiros

A companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

#### b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

#### c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

### 3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente quando relevante e ajustado pela provisão para *impairment* se necessária.

### **3.8 Estoques**

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

### **3.9 Investimentos**

#### **a) Investimentos em sociedades controladas**

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

#### **b) Propriedades para investimento**

As propriedades para investimento são mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital. Não são mantidas para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas ou venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo seu custo e após o reconhecimento inicial a companhia mensura as propriedades para investimento pelo método do valor justo, sendo as variações do valor justo reconhecidas no resultado.

### **3.10 Imobilizado**

A empresa realizou a revisão da vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a empresa se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes. Concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

### **3.11 Intangível**

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Ativos com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

#### a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “ativo intangível”. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas.

#### b) Licenças

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

#### c) Desenvolvimento de Projetos

Os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

### 3.12 *Impairment* de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

### 3.13 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

### 3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### **3.14. 1 Arrendamentos**

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Arrendamento mercantil operacional é um arrendamento mercantil que não se enquadra como arrendamento mercantil financeiro.

Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto.

### **3.15 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### **3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

### **3.17 Participação nos Resultados**

A Companhia reconhece como provisão de despesas de participação (outras despesas operacionais) e no passivo, a provisão de participação nos resultados com base no programa PPR, cujo acordo foi aprovado pela Comissão de Fábrica e protocolado no Sindicato Laboral, e que leva em conta a avaliação de desempenho comparada com as metas setoriais internas. A Diretoria Estatutária, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal não participam deste programa.

### **3.18 Apuração do Resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

### 3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A empresa reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e,
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

### 3.20 Subvenções Governamentais

Subvenção governamental é uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade.

**Subvenções relacionadas a ativos** são subvenções governamentais cuja condição principal para que a entidade se qualifique é a de que ela compre, construa ou de outra forma adquira ativos de longo prazo. Também podem ser incluídas condições acessórias que restrinjam o tipo ou a localização dos ativos, ou os períodos durante os quais devem ser adquiridos ou mantidos.

As subvenções governamentais, quando tratar-se de concessão de empréstimo com juros inferiores ao mercado são contabilizados e divulgados os efeitos da assistência governamental da qual a companhia tenha se beneficiado.

A subvenção governamental deve ser lançada no resultado da companhia pelo regime de competência e transferida para Reserva de Incentivos Fiscais na destinação do lucro líquido ao final do exercício social.

### 3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Perdas de crédito esperados que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Constituição de provisão para perdas nos estoques;
- c) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) *Impairment* dos ativos imobilizados, intangíveis e *ágio*; e,
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

### 3.22 Ajuste a Valor Presente

Os elementos integrantes do ativo e passivo monetários, decorrentes de operações de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito for relevante são ajustados a valor presente, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

### 3.23. Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2018

Os seguintes novos pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mas não estão em vigor para o exercício de 2018:

- **CPC 06 (R2) –Operações de Arrendamento Mercantil**

Esse CPC, aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2019. Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A Companhia avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial do CPC 06(R2) terá em suas demonstrações financeiras consolidadas em 01 de janeiro de 2019, quais sejam:

Descrição	Valor em Milhares
Direito de Uso (AC)	R\$ 3.613
Arrendamentos a Pagar de Curto Prazo (PC)	R\$ 1.863
Arrendamentos a Pagar de Longo Prazo (PNC)	R\$ 1.934
Impostos Diferidos (PNC)	R\$ 266
Adoção Inicial (PL)	R\$ (450)

### NOTA 4 – ADOÇÃO INICIAL AOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS

Os seguintes novos pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

- **CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes**

Esse CPC, aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. Essa norma baseia-se no princípio de que as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços ao cliente. Esse CPC substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção".

Atualmente as receitas de contratos com clientes elegíveis para fins de CPC 47 referem-se a vendas de produtos que contemplam obrigações pós-vendas, descontos atrelados a *performance* ou qualquer outra forma de obrigações pós-vendas.

- **CPC 48 - Instrumentos Financeiros**

Esse CPC, aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. Essa norma aborda a classificação a mensuração e o



reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Esse CPC substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A Companhia adotou nestas demonstrações financeiras os novos pronunciamentos contábeis e elegeu como data de transição o dia 1º de janeiro de 2018, portanto os efeitos relativo às operações existentes em 31 de dezembro de 2017 foram reconhecidos em lucros acumulados.

As conciliações do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018 determinadas de acordo com a prática contábil anterior e nova prática contábil são apresentadas a seguir:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	01/01/2018
De acordo com as práticas contábeis anteriores	487.196
Reconhecimento da previsão de obrigações pós-vendas	(4.354)
Reconhecimento do custo sobre previsão de obrigações pós-vendas	3.048
Tributos Diferidos sobre as obrigações pós-vendas	444
Reconhecimento de perdas esperadas de clientes	(754)
Tributos Diferidos sobre perdas esperadas de clientes	256
De acordo com o Patrimônio Líquido	485.836

#### **NOTA 5 - GERENCIAMENTO DE RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 39, a Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 40, a Deliberação CVM nº 763, de 22 de dezembro de 2016 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 48 e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

##### **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata.

##### **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

### **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros**

A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

#### **Risco de Crédito**

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

#### **Risco com taxa de juros**

A Companhia monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

#### **Risco de Exposição Cambial Líquida**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía uma exposição cambial contábil ativa de US\$ 6,5 milhões, cuja composição encontra-se detalhada no quadro “Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial” desta Nota Explicativa.

### **Derivativos e Riscos Associados**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía operações com características de instrumentos financeiros derivativos na forma definida pela deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008.

### **Análise de Sensibilidade dos Instrumentos Financeiros**

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a empresa, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs. 475 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativos de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio e de variações nas taxas de juros variáveis em contratos de financiamentos e aplicações financeiras:

<b>Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial Líquida</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Risco</b>	<b>31/12/2018 R\$ Mil</b>	<b>Cenário Provável R\$ Mil</b>	<b>Cenário Adverso I R\$ Mil</b>	<b>Cenário Adverso II R\$ Mil</b>
<b>Ativos</b>					
Clientes no Mercado Externo	Baixa do Dólar	102.963	98.318	96.989	95.660
Caixa/Bancos - Moeda Estrangeira	Baixa do Dólar	35.308	33.715	33.259	32.803
Aplicação Financeira - Moeda Estrangeira	Baixa do Dólar	172.645	164.857	162.629	160.401
Outros Ativos	Baixa do Dólar	1.104	1.054	1.039	1.025
<b>Total</b>		<b>312.020</b>	<b>297.944</b>	<b>293.916</b>	<b>289.889</b>
<b>Passivos</b>					
Dívida Bancária	Alta do Dólar	286.924	273.980	270.278	266.576
<b>Total</b>		<b>286.924</b>	<b>273.980</b>	<b>270.278</b>	<b>266.576</b>
<b>Exposição Líquida Ativa - R\$ Mil</b>	Baixa do Dólar	<b>25.096</b>	<b>23.964</b>	<b>23.638</b>	<b>23.313</b>
<b>Exposição Líquida Ativa - US\$ Mil</b>	Baixa do Dólar	<b>6.477</b>	<b>6.477</b>	<b>6.477</b>	<b>6.477</b>
<b>Taxa Dólar</b>		<b>3,8748</b>	<b>3,7000</b>	<b>3,6500</b>	<b>3,6000</b>

Esta simulação somente terá prejuízo se o real se valorizar, conforme demonstrado acima.

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Juros variáveis									
Descrição	Risco	% a.a 31/12/2018	31/12/2018 R\$ Mil	Cenário I (Provável)		Cenário II (Possível)		Cenário III (Remoto)	
				% a.a.	Ajuste Positivo/Negativo R\$ Mil	% a.a.	Ajuste Positivo/Negativo R\$ Mil	% a.a.	Ajuste Positivo/Negativo R\$ Mil
Aplicações Financeiras	Baixa CDI	6,40%	90.457	6,38%	(18)	4,79%	(1.456)	3,19%	(2.904)
Financiamentos	Alta CDI	6,40%	(166.504)	6,38%	33	7,98%	(2.631)	9,57%	(5.278)
Financiamentos	Alta Libor(6M)	2,89%	(253.958)	2,89%	-	3,61%	(1.828)	4,34%	(3.682)
Financiamentos	Alta TJLP	6,98%	(49.370)	6,68%	148	8,35%	(676)	10,02%	(1.501)
Financiamentos	Alta Selic	6,50%	(47)	6,50%	-	8,13%	(1)	9,75%	(2)
Total Impacto sobre as Despesas/Receitas Financeiras Líquidas					163		(6.592)		(13.367)

As taxas para o cenário I (Provável) estão demonstradas para um horizonte de 03 meses (31.03.2019). Consideramos uma deterioração de 25% para as taxas do cenário II e 50% para as taxas do cenário III.

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

## NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	4	1	18	3
Bancos Conta Movimento	532	71	695	5.017
Caixa e Banco - Moeda Estrangeira	22.462	59.655	35.308	69.903
Aplicação Financeira	85.999	146.053	90.457	146.053
Aplicação Financeira - Moeda Estrangeira	168.762	66.725	172.645	66.725
<b>Total</b>	<b>277.759</b>	<b>272.505</b>	<b>299.123</b>	<b>287.701</b>

As aplicações financeiras, em reais, estão lastreadas em certificados de depósito bancário (CDB) e Operações Compromissadas, e tem seu rendimento atrelado ao CDI.

As aplicações em dólar estão lastreadas em papéis de renda fixa, indicadas e administradas pelo Banco Safra e Citibank.

## NOTA 7 - CLIENTES

Contas a Receber	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a Receber de Clientes Interno	84.826	56.285	163.551	129.310
Contas a Receber de Clientes Externo	77.681	60.980	102.963	80.758
Contas a Receber de Empresas Ligadas	2.269	2.029		
Impairment (Provisão para Perdas-MI)	(3.709)	(5.158)	(7.303)	(5.158)
Impairment (Provisão para Perdas-ME)	(1.742)	(1.466)	(3.108)	(1.979)
Vendor	672		809	
<b>Contas a Receber de Clientes</b>	<b>159.997</b>	<b>112.670</b>	<b>256.912</b>	<b>202.931</b>
Aging List Contas a Receber de Clientes	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Vencidos de 1 a 30 dias	7.087	5.530	12.772	8.620
Vencidos de 31 a 60 dias	2.148	443	3.429	700
Vencidos de 61 a 180 dias	1.914	1.175	2.752	1.530
Vencidos acima de 181 dias	5.508	6.715	10.564	8.073
A vencer em até 3 meses	145.977	97.560	210.679	158.655
A vencer mais de 3 meses	2.814	7.871	27.127	32.490
<b>Contas a Receber de Clientes</b>	<b>165.448</b>	<b>119.294</b>	<b>267.323</b>	<b>210.068</b>
Contas a Receber por Tipo de Moeda	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Reais	87.767	58.314	164.360	129.310
US\$	68.565	50.040	93.847	69.818
Euro	9.116	10.940	9.116	10.940
<b>Total</b>	<b>165.448</b>	<b>119.294</b>	<b>267.323</b>	<b>210.068</b>

## NOTA 8 – ESTOQUES

Estoques	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Produtos Acabados	38.506	22.591	50.781	33.216
Impairment de Produtos Acabados	(4.700)	(2.537)	(5.558)	(4.274)
Produtos em Elaboração	19.997	23.012	14.976	21.292
Matéria-Prima	17.436	10.222	31.234	19.977
Materiais Consumo Produção	10.841	7.390	11.502	8.177
Consignação	29.885	19.745	30.121	19.935
Revenda	9.025	8.345	50.184	38.777
Adiantamentos a Fornecedores	2.660		12.810	
Outros Estoques	16.684	9.783	18.790	10.396
<b>Total</b>	<b>140.334</b>	<b>98.551</b>	<b>214.840</b>	<b>147.496</b>

## NOTA 9 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Impostos a Recuperar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ICMS a Recuperar	6.809	11.242	9.067	14.738
IPI a Recuperar	2.314	1.318	2.413	1.439
PIS/COFINS a Recuperar	2.826	535	2.826	535
IRPJ/CSLL	13.963	6.893	13.963	6.893
IRRF s/ Aplicação Financeira	154	1.323	154	1.323
Reintegra	59	926	70	1.187
Outros Impostos	18.648	18.624	18.648	18.881
<b>Parcela Circulante</b>	<b>44.773</b>	<b>40.861</b>	<b>47.141</b>	<b>44.996</b>
Impostos Diferidos			3.647	1.405
ICMS a Recuperar	3.662	921	4.135	1.106
<b>Parcela Não Circulante</b>	<b>3.662</b>	<b>921</b>	<b>7.782</b>	<b>2.511</b>
<b>Total</b>	<b>48.435</b>	<b>41.782</b>	<b>54.923</b>	<b>47.507</b>

## NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Investimentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Investimentos em Sociedades Controladas	197.593	219.963		
Propriedades para Investimento	10.056	11.580	10.056	11.580
<b>Total</b>	<b>207.649</b>	<b>231.543</b>	<b>10.056</b>	<b>11.580</b>

Em Reunião do Conselho de Administração em 13/11/2018, a companhia deliberou pela redução do Capital Social na sua controlada Schulz Compressores Ltda no valor de R\$ 39.222 mil.

### 10.1 Investimentos em Sociedades Controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo patrimônio líquido das investidas, conforme participação em cada empresa:

Controladora									
Nome	País	Ativos	Passivo	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado Líquido do Período	% de Participação	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>									
Schulz Compressores Ltda	Brasil	246.279	26.316	219.963	124.933	2.432	99,99%	2.432	219.963
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>									
Schulz Compressores Ltda	Brasil	257.600	60.007	197.593	245.545	9.271	99,99%	9.271	197.593

Nas demonstrações financeiras consolidadas esses investimentos foram eliminados, sendo as sociedades controladas, totalmente consolidadas conforme os critérios apresentados na nota 3.1

## 10.2 Propriedade para Investimento

Propriedade para Investimento	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.580
Valor Justo	(1.524)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.056

A Companhia possui terrenos classificados como propriedades para investimentos localizados em Joinville e Araquari. Os valores justos destas propriedades foram atualizados para 2018, atendendo a deliberação CVM nº 584 de 31 de julho de 2009 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 28 - Propriedade para Investimento.

## NOTA 11 – IMOBILIZADO

Imobilizado	Controladora								
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Imobilizado Andamento Total
Taxas anuais de depreciação		3%	2,5% a 33%	3% a 20%	5% a 33%	3% a 33%	8% a 20%	4% a 20%	
Em 31 de dezembro de 2017									
Custo	22.765	97.774	368.139	8.355	2.299	109.983	11.882	9.026	35.303 665.526
Depreciação Acumulada		(46.806)	(242.442)	(5.778)	(1.283)	(77.325)	(10.040)	(7.160)	(390.834)
Valor contábil líquido	22.765	50.968	125.697	2.577	1.016	32.658	1.842	1.866	35.303 274.692
Adições	5.439		283				550		97.912 104.184
Transferências		3.017	31.345	606	108	6.848	2.190	342	(45.249) (793)
Transferências Depreciação		(14)	(17)			39	(8)		
Transferências Acervo Líquido	10.286	25.061	593	108		2.301	11		862 39.222
Baixas			(7.364)	(106)		(1.265)	(1.227)	(106)	(546) (10.614)
Depreciação		(2.236)	(16.682)	(522)	(382)	(6.432)	(1.146)	(390)	(27.790)
Baixas da Depreciação			6.322	87		1.214	729	106	8.458
Saldo Final	38.490	76.796	140.177	2.750	742	35.363	2.941	1.818	88.282 387.359
Em 31 de dezembro de 2018									
Custo	38.490	125.852	392.996	8.963	2.407	117.867	13.406	9.262	88.282 797.525
Depreciação Acumulada		(49.056)	(252.819)	(6.213)	(1.665)	(82.504)	(10.465)	(7.444)	(410.166)
Valor contábil líquido	38.490	76.796	140.177	2.750	742	35.363	2.941	1.818	88.282 387.359

Imobilizado	Consolidado								
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Imobilizado Andamento Total
Taxas anuais de depreciação		3%	2,5% a 33%	3% a 20%	5% a 33%	3% a 33%	8% a 20%	4% a 20%	
Em 31 de dezembro de 2017									
Custo	33.051	120.503	383.554	9.455	3.135	116.553	12.183	10.393	38.984 727.811
Depreciação Acumulada		(47.294)	(243.055)	(5.900)	(1.445)	(77.780)	(10.095)	(7.320)	(392.889)
Valor contábil líquido	33.051	73.209	140.499	3.555	1.690	38.773	2.088	3.073	38.984 334.922
Adições	7.240		376	4			550		113.386 121.556
Transferências		6.659	34.742	576	237	7.563	2.663	598	(53.915) (877)
Transferências Depreciação		(14)	(17)			39	(8)		
Variação Cambial	(48)		32	4	33				4 25
Baixas	1	(125)	(8.006)	(121)		(1.456)	(1.239)	(445)	(1.422) (12.813)
Depreciação		(2.969)	(18.113)	(699)	(631)	(7.370)	(1.314)	(706)	(31.802)
Baixas da Depreciação		43	6.879	101		1.402	736	412	9.573
Saldo Final	40.244	76.803	156.392	3.420	1.329	38.951	3.476	2.932	97.037 420.584
Em 31 de dezembro de 2018									
Custo	40.244	127.037	410.698	9.918	3.405	122.660	14.157	10.546	97.037 835.702
Depreciação Acumulada		(50.234)	(254.306)	(6.498)	(2.076)	(83.709)	(10.681)	(7.614)	(415.118)
Valor contábil líquido	40.244	76.803	156.392	3.420	1.329	38.951	3.476	2.932	97.037 420.584

A Companhia procedeu revisão da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

## Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo. A base adotada para revisão do cálculo da depreciação foram as seguintes premissas e critérios:

- Mudanças na utilização dos bens;
- Aquisições do período;
- Mudanças nos processos produtivos que possam levar ao desgaste maior dos bens;
- Alteração no plano de manutenção;
- Mudanças na política da Cia sobre renovação de ativos;
- Estado de conservação dos bens, através da inspeção “*in loco*”;
- Dados históricos;
- Experiência da CIA com ativos semelhantes;
- Mudanças no ambiente econômico onde a CIA atua;
- Informações contábeis;
- Pesquisas Internas (entrevistas com os responsáveis das áreas);
- Especificações técnicas e
- Alinhamento ao planejamento geral do negócio.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos especialistas foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

Em 31 de dezembro de 2018, nas demonstrações da controladora, o montante de R\$ 25.715 mil (R\$ 26.863 mil em 31 de dezembro 2017), referente à depreciação do imobilizado foi debitado ao resultado na rubrica de “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$ 446 mil (R\$ 526 mil em 31 de dezembro de 2017) como “despesas comerciais” e o montante de R\$ 1.629 mil (R\$ 1.313 mil em 31 de dezembro de 2017) como “despesas gerais e administrativas”.

Em 31 de dezembro de 2018, nas demonstrações consolidadas, o montante de R\$ 28.889 mil (R\$ 28.533 mil em 31 de dezembro 2017), referente à depreciação do imobilizado foi debitado ao resultado na rubrica de “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$ 1.179 mil (R\$ 927 mil em 31 de dezembro de 2017) como “despesas comerciais” e o montante de R\$ 1.734 mil (R\$ 1.371 mil em 31 de dezembro de 2017) como “despesas gerais e administrativas”.

Em virtude de diversos contratos de financiamento, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2018 totalizava R\$ 22.636 mil (R\$ 11.737 mil em 31 de dezembro de 2017), a Companhia possui alienação fiduciária de bens do imobilizado representados por máquinas e equipamentos.

## NOTA 12 – INTANGÍVEL

Intangível	Controladora					
	Marcas	Patentes	Intangível Andamento	Desenv. Projetos	Programas de Computador	Ágio - Goodwill
Taxas anuais de amortização	0%	0%	0%	7%	8 a 20%	0%
Em 31 de dezembro de 2017						
Custo	95		710	9.424	10.122	20.351
Amortização Acumulada	(95)			(9.424)	(8.080)	(17.599)
Valor contábil líquido			710		2.042	2.752
Adições			43			43
Transferências			(180)		973	793
Baixas			(243)		(162)	(405)
Amortização					(670)	(670)
Baixa Amortização					162	162
Saldo Final			330		2.345	2.675
Em 31 de dezembro de 2018						
Custo	95		330	9.424	10.933	20.782
Amortização Acumulada	(95)			(9.424)	(8.588)	(18.107)
Valor contábil líquido			330		2.345	2.675

Intangível	Consolidado					
	Marcas	Patentes	Intangível Andamento	Desenvolv. Projetos	Programas de Computador	Ágio - Goodwill
Taxas anuais de amortização	0%	0%	0%	7%	8 a 20%	0%
Em 31 de dezembro de 2017						
Custo	121	17	2.442	22.933	10.436	556
Amortização Acumulada	(95)			(10.092)	(8.137)	(18.324)
Valor contábil líquido	26	17	2.442	12.841	2.299	556
Adições				2.389		2.389
Transferências				(1.235)	936	1.176
Baixas				(749)	(314)	(193)
Amortização					(1.364)	(794)
Baixa Amortização					73	193
Saldo Final	26	17	2.847	12.172	2.681	556
Em 31 de dezembro de 2018						
Custo	121	17	2.847	23.555	11.419	556
Amortização Acumulada	(95)			(11.383)	(8.738)	(20.216)
Valor contábil líquido	26	17	2.847	12.172	2.681	556

As marcas e o ágio são decorrentes do processo de aquisição e incorporação da SOMAR S.A. – Indústrias Mecânicas.

Em 31 de dezembro de 2018, nas demonstrações da controladora, o montante de R\$ 124 mil (R\$ 815 mil em 31 de dezembro de 2017), referente à amortização do intangível, foi registrado como “custo dos produtos vendidos” e o montante de R\$ 546 mil (R\$ 686 mil em 31 de dezembro de 2017) como “despesas gerais e administrativas”.

Em 31 de dezembro de 2018, nas demonstrações consolidadas, o montante de R\$ 1.578 mil (R\$ 1.531 mil em 31 de dezembro de 2017), referente à amortização do intangível, foi registrado como “custo dos produtos vendidos” e o montante de R\$ 580 mil (R\$ 695 mil em 31 de dezembro de 2017) como “despesas gerais e administrativas”.

### NOTA 13 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábil de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “impairment”.

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A empresa realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos circulantes, sendo identificadas as seguintes perdas por “impairment”:

Impairment	Controladora		Consolidado	
	Contas a receber	Estoques	Contas a Receber	Estoques
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(6.624)</b>	<b>(2.537)</b>	<b>(7.137)</b>	<b>(4.274)</b>
Constituições (resultado)	(1.763)	(2.665)	(6.323)	(5.476)
Reversões (resultado)	1.842	502	2.655	4.192
Baixas contra provisões	1.094		394	
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(5.451)</b>	<b>(4.700)</b>	<b>(10.411)</b>	<b>(5.558)</b>

### NOTA 14 – FORNECEDORES

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a Pagar a Fornecedores Interno	61.123	38.358	74.090	49.963
Contas a Pagar a Fornecedores Externo	396	707	(1.104)	(120)
Contas a Pagar a Empresas Ligadas	167	620		
<b>Total a pagar Curto Prazo</b>	<b>61.686</b>	<b>39.685</b>	<b>72.986</b>	<b>49.843</b>
Contas a Pagar a Fornecedores Interno	8.499	304	8.499	304
<b>Total a pagar Longo Prazo</b>	<b>8.499</b>	<b>304</b>	<b>8.499</b>	<b>304</b>
<b>Total a Pagar Fornecedores</b>	<b>70.185</b>	<b>39.989</b>	<b>81.485</b>	<b>50.147</b>
<b>Aging List Contas a Pagar</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
A Vencer em até 3 meses	59.902	39.369	71.187	49.462
A vencer de 3 meses a 1 ano	1.784	316	1.799	381
A vencer mais de 1 ano	8.499	304	8.499	304
<b>Contas a Pagar a Fornecedores</b>	<b>70.185</b>	<b>39.989</b>	<b>81.485</b>	<b>50.147</b>
<b>Contas a Pagar por Tipo de Moeda</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Reais	69.789	39.282	82.589	50.267
US\$	106	208	(1.530)	(639)
Euro	290	499	426	519
<b>Contas a Pagar a Fornecedores</b>	<b>70.185</b>	<b>39.989</b>	<b>81.485</b>	<b>50.147</b>



## NOTA 15 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Obrigações Sociais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisão Férias e 13º Salário	10.199	5.602	13.262	8.372
Programa Participação Resultado	11.034	4.632	12.936	5.995
INSS / FGTS	4.584	2.485	5.275	3.260
Salários a Pagar	4.710	4.636	5.743	5.778
Outras Obrigações Sociais	359	223	481	312
<b>Total</b>	<b>30.886</b>	<b>17.578</b>	<b>37.697</b>	<b>23.717</b>

## NOTA 16 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Obrigações Tributárias	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ / CSLL (Nota 18)		74	1.245	601
IPI / PIS / COFINS			501	758
Obrigações Tributárias Estaduais	535	854	878	1.486
Obrigações Tributárias Municipais	33	18	39	19
Outras Obrigações Tributárias Federais	2.085	1.945	3.026	2.814
Refis PERT (Nota 16.1)	1.345	1.305	1.345	1.305
<b>Obrigações Tributárias Curto Prazo</b>	<b>3.998</b>	<b>4.196</b>	<b>7.034</b>	<b>6.983</b>
Refis PERT (Nota 16.1)	11.860	12.446	11.860	12.446
<b>Obrigações Tributárias Longo Prazo</b>	<b>11.860</b>	<b>12.446</b>	<b>11.860</b>	<b>12.446</b>
<b>Total Obrigações Tributárias</b>	<b>15.858</b>	<b>16.642</b>	<b>18.894</b>	<b>19.429</b>

### 16.1 PERT (PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA Lei nº 13.496/2017) – PRAZO 145 MESES

A empresa aderiu ao parcelamento dos débitos junto à União Federal de acordo com a Lei 13.496/2017, e saldo será amortizado em 133 meses.

## NOTA 17 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e Financiamentos (Valor em Milhares de Reais)					Controladora		Consolidado		
Modalidade	Taxa Média	Garantia	Moeda	Indexador	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
					Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	
BNDES - FINEM	TJLP + 1,80% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada		953		953	
BNDES - FINEM	TJLP (311) + 1,7 a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	5.304	5.818	5.304	5.818	
BNDES - FINEM	3,63% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	2.094	2.098	2.094	2.098	
BNDES - FINEM	TLP + 5,65% a.a	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	204		204		
BNDES - FINEM	J. Res. 635 (Cód.001) 3,4 + 1,99% a.a	Fiança Bancária	Dólar	Pós-Fixada	1.021	1.493	1.021	1.493	
Exportação-NCE	114,5% do CDI	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	7.428	36.478	7.428	36.478	
Exportação-NCE	CDI + 1,3% a.a	Nota Promissória/Recobíveis	Real	Pós-Fixada	16.827	7.316	16.827	7.316	
Exportação-NCE	Taxa Eletiva 11% a.a	Sem Garantia	Real	Pré-Fixada		20.363		20.363	
Finame	TJLP + 2,6% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	1.409	1.329	1.409	1.329	
Finame	SELIC + 3,24% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	31	29	31	29	
Finame	2,50 a 9,50% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	1.416	1.446	1.416	1.446	
Finame	TLP + 5,28% até 5,81% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada	89		99		
Empréstimo ME	2,5% a.a	Sem Garantia	Dólar	Pré-Fixada	1.513	68	7.192	141	
Pré-Pgto. Export.	VC + Libor + 4,19% a.a	Nota Promissória	Dólar	Pós-Fixada	99.979	37.614	108.031	37.614	
Pré-Pgto. Export.	112% do CDI	Nota Promissória	Real	Pós-Fixada	6.455		6.455		
Vendor	105% do CDI	Nota Promissória	Real	Pós-Fixada	16	781	751	958	
<b>Total do Circulante</b>					<b>143.786</b>	<b>115.786</b>	<b>158.262</b>	<b>116.036</b>	
Modalidade	Taxa Média	Garantia	Moeda	Indexador					
BNDES - FINEM	TJLP (311) + 1,7 a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	10.146	15.300	10.146	15.300	
BNDES - FINEM	3,63% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	1.330	3.419	1.330	3.419	
BNDES - FINEM	TLP + 5,65% a.a	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	20.000		20.000		
BNDES - FINEM	J. Res. 635 (Cód.001) 3,4 + 1,99% a.a	Fiança Bancária	Dólar	Pós-Fixada	1.504	2.151	1.504	2.151	
Exportação-NCE	114,5% do CDI	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	33.334	-	33.334		
Exportação-NCE	CDI + 1,3% a.a	Nota Promissória/Recobíveis	Real	Pós-Fixada	33.333	50.000	33.333	50.000	
Finame	TJLP + 2,6% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	3.702	3.872	3.702	3.872	
Finame	SELIC + 3,24% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	16	45	16	45	
Finame	2,50 a 9,50% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	7.457	5.016	7.457	5.016	
Finame	TLP + 5,28% até 5,81% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada	7.554		8.506		
Empréstimo ME	2,5% a.a	Sem Garantia	Dólar	Pré-Fixada	23.249	6.947	23.249	6.947	
Pré-Pgto. Export.	VC + Libor + 4,19% a.a	Nota Promissória	Dólar	Pós-Fixada	134.302	197.049	145.927	197.049	
Pré-Pgto. Export.	112% do CDI	Nota Promissória	Real	Pós-Fixada	68.376		68.376		
<b>Total do Não Circulante</b>					<b>344.303</b>	<b>283.799</b>	<b>356.880</b>	<b>283.799</b>	
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>					<b>488.089</b>	<b>399.585</b>	<b>515.142</b>	<b>399.835</b>	
<b>Escalonamento da Dívida</b>					<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	
Em até 6 meses					63.757	65.810	74.300	65.935	
De 6 meses a 1 ano					80.029	49.976	83.962	50.101	
De 1 a 2 anos					156.935	107.197	164.181	107.197	
De 2 a 3 anos					126.645	96.048	130.885	96.048	
De 3 a 5 anos					52.509	79.670	53.600	79.670	
Acima de 5 anos					8.214	884	8.214	884	
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>					<b>488.089</b>	<b>399.585</b>	<b>515.142</b>	<b>399.835</b>	
<b>Dívida por Tipo de Moeda</b>					<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	
Reais - R\$		CP			41.273	76.611	42.018	76.788	
Dólar Norte-Americano - US\$		CP			102.513	39.175	116.244	39.248	
Euro - EUR		CP							
Reais - R\$		LP			185.248	77.652	186.200	77.652	
Dólar Norte-Americano - US\$		LP			159.055	206.147	170.680	206.147	
Euro - EUR		LP							
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>					<b>488.089</b>	<b>399.585</b>	<b>515.142</b>	<b>399.835</b>	
<b>Dívida por Indexação</b>					<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	
Taxas Pré-Fixadas					38.793	39.115	44.472	39.188	
Taxas Pós-Fixadas					449.296	360.470	470.670	360.647	
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>					<b>488.089</b>	<b>399.585</b>	<b>515.142</b>	<b>399.835</b>	



## NOTA 18 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

IRPJ e CSLL - Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ sobre diferenças temporárias			2.742	1.033
CSLL sobre diferenças temporárias			905	372
<b>Total Ativo Não Circulante</b>			<b>3.647</b>	<b>1.405</b>

  

IRPJ e CSLL - Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ a recolher			940	485
IR Federal Filial EUA			(44)	(137)
CSLL a recolher		74	349	253
<b>Total Passivo Circulante</b>		<b>74</b>	<b>1.245</b>	<b>601</b>
IRPJ sobre diferenças temporárias	50.942	55.471	51.170	55.593
CSLL sobre diferenças temporárias	18.340	19.969	18.421	20.014
<b>Total Passivo Não Circulante</b>	<b>69.282</b>	<b>75.440</b>	<b>69.591</b>	<b>75.607</b>

### 18.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com a Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora				
	Tributos Diferidos Ativos e Passivos sobre Diferenças Temporárias				
	Diferenças Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado	Vida útil Imobilizado	Total
<b>Em 31 de dezembro 2017</b>	<b>11.464</b>	<b>3.769</b>	<b>22.844</b>	<b>37.363</b>	<b>75.440</b>
Constituição dos Tributos	1.633			120	1.753
Adoção Inicial CPC 47 e 48	(101)				(101)
Baixa dos Tributos	(5.309)	(518)	(987)	(996)	(7.810)
<b>Em 31 de dezembro 2018</b>	<b>7.687</b>	<b>3.251</b>	<b>21.857</b>	<b>36.487</b>	<b>69.282</b>

  

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado				
	Tributos Diferidos Ativos e Passivos sobre Diferenças Temporárias				
	Diferenças Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado	Vida útil Imobilizado	Total
<b>Em 31 de dezembro 2017</b>	<b>10.059</b>	<b>3.769</b>	<b>22.844</b>	<b>37.530</b>	<b>74.202</b>
Constituição dos Tributos	1.913			261	2.174
Adoção Inicial CPC 47 e 48	(700)				(700)
Baixa dos Tributos	(7.232)	(518)	(987)	(995)	(9.732)
<b>Em 31 de dezembro 2018</b>	<b>4.040</b>	<b>3.251</b>	<b>21.857</b>	<b>36.796</b>	<b>65.944</b>

### 18.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado do Período	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisão IRPJ	(13.276)	(10.596)	(17.160)	(11.750)
Provisão CSLL	(4.652)	(3.738)	(6.063)	(4.178)
Outras Receitas Tributárias - IRPJ/CSLL	15.433	2.228	15.434	2.228
Constituição IRPJ sobre diferenças temporárias	(741)	(3.444)	(837)	(3.566)
Constituição CSLL sobre diferenças temporárias	(267)	(1.220)	(378)	(1.264)
Realização de IRPJ sobre diferenças temporárias	5.195	3.254	6.381	4.288
Realização de CSLL sobre diferenças temporárias	1.870	1.149	2.298	1.521
<b>IRPJ/CSLL do Resultado do Período</b>	<b>3.562</b>	<b>(12.367)</b>	<b>(325)</b>	<b>(12.721)</b>

## NOTA 19 – PROVISÕES DE CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos em andamento na controladora e consolidada, de natureza trabalhista e tributária, e que estão registrados no Exigível à Longo Prazo, para os processos cuja estimativa de perda é considerada provável. Depósitos judiciais foram efetuados no valor de R\$ 1.775 mil (R\$ 2.069 mil em 31 de dezembro de 2017) e são registrados no Realizável à Longo Prazo.

Provisões Contingências	Trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2017	1.245	1.245
Constituição de provisões	1.406	1.406
Reversão de provisões	(549)	(549)
Em 31 de dezembro de 2018	2.102	2.102

A Companhia possui passivos contingentes na controladora e consolidada, considerados pelos assessores jurídicos como possível probabilidade de perda, para os quais não há provisões constituídas. As principais contingências não contabilizadas são as seguintes:

Contingências	Valor da Causa	
	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhista e Previdenciária	6.019	8.979
Tributária	4.641	2.917
Ambiental	295	295
Cível	63	87
<b>Total</b>	<b>11.018</b>	<b>12.278</b>

## NOTA 20 - PARTES RELACIONADAS

### 20.1 Transações com Controladas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

Parte Relacionada	Ativo	
	Clientes	
	31/12/2018	31/12/2017
Schulz Compressores Ltda (Nota 7)	2.269	2.029
<b>Total</b>	<b>2.269</b>	<b>2.029</b>

Parte Relacionada	Passivo	
	Fornecedores	
	31/12/2018	31/12/2017
Schulz Compressores Ltda (Nota 14)	167	620
<b>Total</b>	<b>167</b>	<b>620</b>

Parte Relacionada	Resultado(Receitas)	
	Receita de Vendas	
	31/12/2018	31/12/2017
Schulz Compressores Ltda (Nota 22)	3.347	34.237
<b>Total</b>	<b>3.347</b>	<b>34.237</b>

Parte Relacionada	Resultado(Custo)	
	Custo das Vendas	
	31/12/2018	31/12/2017
Schulz Compressores Ltda	(2.406)	(26.905)
<b>Total</b>	<b>(2.406)</b>	<b>(26.905)</b>

As operações de compra e venda envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado.

## 20.2 Transações com Acionistas e Diretores

Parte Relacionada	Controladora		Consolidado	
	Outras Contas a Pagar		Outras Contas a Pagar	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Participação Administradores Estatutários	4.525	4.080	4.525	4.080
Juros sobre Capital Próprio	122	119	122	119
Dividendos Controladores	3.829	3.422	3.829	3.422
<b>Total</b>	<b>8.476</b>	<b>7.621</b>	<b>8.476</b>	<b>7.621</b>

## 20.3 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e suas controladas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração dos Conselheiros	759	1.037	759	1.037
Remuneração Diretoria - Pro-labore	4.525	4.080	4.707	4.080
Participação da Administração	4.525	4.080	4.525	4.080
<b>Total</b>	<b>9.809</b>	<b>9.197</b>	<b>9.991</b>	<b>9.197</b>

A participação da administração está em conformidade com o Estatuto Social da Companhia.

## NOTA 21 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social pertence integralmente a acionistas domiciliados no país, e é composto por 89.343.695 ações, sendo 38.173.191 ações ordinárias e 51.170.504 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo conferidas as seguintes vantagens:

- Direito a um dividendo, não cumulativo, de 25% do lucro líquido;
- Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade;
- Dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04/12/2018, foi aprovado o aumento do capital social da companhia, no valor de R\$ 90.000.000,00 (Noventa milhões de reais) que passa de R\$ 252.000.000,00 (Duzentos e cinquenta e dois milhões de reais) para R\$ 342.000.000,00 (Trezentos e quarenta e dois milhões de reais).

Em consequência do aumento de capital, os acionistas receberam a título de bonificação, ações da mesma espécie, na proporção de 04(quatro) novas ações para cada 10(dez) ações da mesma espécie de que forem titulares na data da realização da AGE, correspondendo a 25.526.770 ações bonificadas ( 40% sobre a posição atual), sendo 10.906.626 ações ordinárias e 14.620.144 ações preferenciais com direitos idênticos aos atribuídos às ações em circulação. O custo unitário a ser atribuído às ações bonificadas, com conformidade com o disposto no artigo 58, parágrafo 1º, da Instrução Normativa da Receita Federal nº 1585/2015, é de R\$ 3,52571046.

Bonificação de Ações - AGE 04/12/2018			
Composição Acionária			
Espécie	Antes AGE	Ações Bonificadas	Após AGE
Ações Ordinárias	27.266.565	10.906.626	38.173.191
Ações Preferenciais	36.550.360	14.620.144	51.170.504
<b>Total</b>	<b>63.816.925</b>	<b>25.526.770</b>	<b>89.343.695</b>

## 21.1 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A política de distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio está estabelecida na forma da Lei nº 9.249/95, imputados aos dividendos, está estabelecida nos artigos 31º ao 33º do Estatuto Social, o dividendo obrigatório é fixado em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Descrição	Valor R\$ Mil
Lucro líquido do exercício	70.215
(-) Reserva legal	(3.037)
(-) Reserva p/ Incentivos Fiscais	(9.477)
<b>Base de Cálculo Dividendos</b>	<b>57.701</b>
Dividendos propostos – 25%	14.425
(-) Juros sobre o capital próprio líquido do imposto de renda	(10.652)
Dividendos a pagar	3.773

A Reunião do Conselho de Administração realizada em 11/10/2018 autorizou a companhia o pagamento de dividendos sobre a forma de juros sobre capital próprio e que foi disponibilizado a partir de 26/10/2018 aos acionistas.

Juros Sobre Capital Próprio		
Valor Bruto		12.050
(-) IRRF		(1.398)
Valor Líquido		10.652

## 21.2 Ações em Tesouraria

### A) Preferenciais

Ações em Tesouraria / Preferenciais		nº de ações	Valor em R\$
Saldo em 31/12/2017		275.194	1.347.905
Bonificações no Período		110.077	-
<b>Saldo em 31/12/2018</b>		<b>385.271</b>	<b>1.347.905</b>
Preços das Ações / Preferenciais Adquiridas			
Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última Cotação
3,78	8,98	5,75	5,30

Baseado na última cotação de mercado em 31 de dezembro de 2018, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 2.693 mil (385.271 x 6,99).

### B) Ordinárias

Ações em Tesouraria / Ordinárias		nº de ações	Valor em R\$
Saldo em 31/12/2017		5.400	64.800
Bonificações no Período		2.160	-
<b>Saldo em 31/12/2018</b>		<b>7.560</b>	<b>64.800</b>
Preços das Ações / Ordinárias Adquiridas			
Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última Cotação
12,00	12,00	12,00	12,00

Baseado na última cotação de mercado em 31 de dezembro de 2018, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 90,7 mil (7.560 x 12,00).

### 21.3 Reservas para Incentivos Fiscais

Em 08/12/2014, a Companhia iniciou a constituição de reservas para incentivos fiscais, sendo que esse valor corresponde às receitas com subvenção de investimento. Este direito foi adquirido junto ao Estado de Santa Catarina, através do protocolo de intenções que as partes celebraram entre si, onde a companhia compromete-se a investir em bens do ativo imobilizado.

A Companhia também constituiu reservas de subvenções de investimentos de acordo com a LC 160/2017, que alterou a Lei 12973/14 Artigo 30º parágrafo 4º.

Conforme art. 443 do RIR/99 esse valor foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL e somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízos ou ser incorporado ao capital social, não podendo ser distribuído aos acionistas ou sócios.

<b>Reservas Incentivos Fiscais - Controladora</b>	<b>Valor em R\$</b>
Saldo 31/12/2017	17.383
Aquisições	49.977
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>67.360</b>
<b>Reservas Incentivos Fiscais - Consolidado</b>	<b>Valor em R\$</b>
Saldo 31/12/2017	18.967
Aquisições	52.664
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>71.631</b>

### NOTA 22 – RECEITAS DE VENDAS

Receita Líquida de Venda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Vendas Mercado Interno	602.842	504.472	852.992	626.809
Vendas Zona Franca de Manaus	-	1.504	3.515	2.674
Vendas Mercado Externo	236.608	196.710	306.992	232.350
Outras Vendas	12.760	5.729	13.269	6.289
Vendas Intercompanhia	3.347	34.237	-	-
(-) Devoluções e Abatimentos	(11.924)	(29.063)	(42.656)	(40.079)
(-) Impostos sobre as Vendas	(137.872)	(122.255)	(187.525)	(141.274)
<b>Receita Líquida de Vendas</b>	<b>705.761</b>	<b>591.334</b>	<b>946.587</b>	<b>686.769</b>

### NOTA 23 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Juros sobre Capital de Giro	23.297	29.871	24.230	29.906
Juros sobre Financiamentos	6.481	3.894	6.588	3.895
Variação Cambial	161.529	47.629	174.258	47.990
Outras Despesas	3.310	2.009	3.395	2.027
<b>Total de Despesas</b>	<b>194.617</b>	<b>83.403</b>	<b>208.471</b>	<b>83.818</b>
Receita Financeira	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Variação Cambial	157.097	47.233	170.107	48.053
Aplicações Financeiras	14.042	19.573	14.491	19.573
Outras Receitas	5.905	10.720	6.336	10.818
<b>Total de Receitas</b>	<b>177.044</b>	<b>77.526</b>	<b>190.934</b>	<b>78.444</b>
<b>Resultado Líquido Financeiro</b>	<b>(17.573)</b>	<b>(5.877)</b>	<b>(17.537)</b>	<b>(5.374)</b>

## NOTA 24 - PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

A Companhia mantém o Programa Schulz de Participação no Resultado à seus colaboradores, vinculada ao resultado da companhia e alcance de metas, cujos parâmetros para o exercício de 2018 constam de acordo.

A Companhia provisionou no Passivo Circulante o valor R\$ 11.034 mil (R\$ 4.631 mil em 31 de dezembro de 2017) na Controladora e o valor de R\$ 12.937 mil (R\$ 5.995 mil em 31 de dezembro de 2017) no Consolidado, referente à Participação no Resultado que serão distribuídos aos seus colaboradores vinculados a CLT referente ao exercício de 2018. Os Diretores Estatutários, Conselho de Administração e Conselho Fiscal não tem participação neste programa.

## NOTA 25 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação	31/12/2018	31/12/2017
<b>Numerador</b>		
<b>Lucro Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia</b>		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	41.840	23.907
Lucro disponível aos acionistas ordinários	28.375	16.213
<b>Total</b>	<b>70.215</b>	<b>40.120</b>
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	51.171	36.550
Quantidade de ações ordinárias emitidas	38.173	27.267
<b>Total</b>	<b>89.344</b>	<b>63.817</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação (em Reais)</b>		
Ação preferencial	<b>0,81765</b>	<b>0,65408</b>
Ação ordinária	<b>0,74332</b>	<b>0,59462</b>

## NOTA 26 - COBERTURA DE SEGUROS

Os valores são contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do Ativo Imobilizado e Estoques, conforme apresentado:

Ramo (modalidade)	Objeto	Valor em Risco (R\$ Mil)
Riscos Nomeados e Operacionais	Máquinas, Equipamentos, Móveis e Utensílios, Edificações e Estoques - Controladora	625.048
Riscos Nomeados e Operacionais	Máquinas, Equipamentos, Móveis e Utensílios, Edificações e Estoques - Consolidado	796.591

Além da cobertura detalhada acima, em 31/12/2018 a companhia também possuía apólices de seguro para os seguintes riscos:

1. Lucros Cessantes;
2. Responsabilidade Civil;
3. Transportes;
4. Automóvel (Frota);
5. Vida em Grupo;
6. Assistência Viagem.

## NOTA 27 - AVAIS E FIANÇAS

A Companhia concedeu, com o fim de atender exclusivamente suas operações financeiras, aproximadamente R\$ 22,6 milhões (valor de mercado) em alienação fiduciária (nota 17), e R\$ 68,5 milhões em fiança bancária prestada como garantia para o financiamento de projetos de investimento contratados com o BNDES (R\$ 57.709 mil), garantir a linha de financiamento do PROEX (R\$ 7.155 mil, na controlada) e também em decorrência de contratos de compra e venda de energia elétrica (R\$ 3.632 mil).

## NOTA 28 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Controladora						Controladora					
31/12/2018			31/12/2017			31/12/2018			31/12/2017		
Ativos Financeiros	Mensurado ao Custo Amortizado	Total	Mensurado pelo Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Passivos Financeiros	Mensurado ao custo amortizado	Total	Mensurado ao custo amortizado	Total	
Equivalentes de Caixa	277.759	277.759	212.778	59.727	272.505	Fornecedores	70.185	70.185	39.989	39.989	
Clientes	159.997	159.997		112.670	112.670	Empréstimos e Financiamentos	488.089	488.089	399.585	399.585	
Outras Aplicações											
<b>Total</b>	<b>437.756</b>	<b>437.756</b>	<b>212.778</b>	<b>172.397</b>	<b>385.175</b>	<b>Total</b>	<b>558.274</b>	<b>558.274</b>	<b>439.574</b>	<b>439.574</b>	

  

Consolidado						Consolidado					
31/12/2018			31/12/2017			31/12/2018			31/12/2017		
Ativos Financeiros	Mensurado ao Custo Amortizado	Total	Mensurado pelo Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Passivos Financeiros	Mensurado ao custo amortizado	Total	Mensurado ao custo amortizado	Total	
Equivalentes de Caixa	299.123	299.123	212.778	74.923	287.701	Fornecedores	81.485	81.485	50.147	50.147	
Clientes	256.912	256.912		202.931	202.931	Empréstimos e Financiamentos	515.142	515.142	399.835	399.835	
Outras Aplicações											
<b>Total</b>	<b>556.035</b>	<b>556.035</b>	<b>212.778</b>	<b>277.854</b>	<b>490.632</b>	<b>Total</b>	<b>596.627</b>	<b>596.627</b>	<b>449.982</b>	<b>449.982</b>	

## NOTA 29 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Em 31 de dezembro de 2017	Indústria	Comércio	Total
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>490.350</b>	<b>233.839</b>	<b>724.189</b>
Receita entre Segmentos		(37.420)	(37.420)
<b>Receita de Clientes</b>	<b>490.350</b>	<b>196.419</b>	<b>686.769</b>
Depreciação e Amortização	(26.731)	(6.327)	(33.058)
<b>Ativo Imobilizado e Intangível</b>	<b>277.691</b>	<b>75.412</b>	<b>353.103</b>

  

Em 31 de dezembro de 2018	Indústria	Comércio	Total
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>756.149</b>	<b>193.785</b>	<b>949.934</b>
Receita entre Segmentos		(3.347)	(3.347)
<b>Receita de Clientes</b>	<b>756.149</b>	<b>190.438</b>	<b>946.587</b>
Depreciação e Amortização	(28.460)	(5.500)	(33.960)
<b>Ativo Imobilizado e Intangível</b>	<b>390.034</b>	<b>48.849</b>	<b>438.883</b>

A administração da Companhia segrega apenas o ativo imobilizado entre os dois segmentos operacionais. Assim o valor dos ativos totais não é apresentado de forma segregada, visto que são comuns aos dois segmentos.

A Companhia realiza venda para o mercado interno e externo, nos segmentos de compressores e automotiva. As vendas para o mercado externo estão assim distribuídas:

Mercado Externo	31/12/2018	31/12/2017
América Latina	11,56%	7,65%
EUA e Canadá	43,36%	37,55%
Europa	38,47%	50,17%
Outros	6,61%	4,63%

### NOTA 30 – DEMONSTRAÇÃO CÁLCULO LAJIDA (EBITDA)

Demonstramos a seguir o cálculo do LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda Incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, os valores (em milhares) estão de acordo com as publicações das demonstrações consolidadas da companhia divulgadas para os períodos:

<b>LAJIDA(EBITDA)</b>	<b>2.017</b>	<b>2.018</b>	<b>4T'17</b>	<b>4T'18</b>
<b>Lucro Líquido Exercício</b>	<b>40.120</b>	<b>70.215</b>	<b>11.012</b>	<b>20.133</b>
(+) Tributos sobre o Lucro	12.721	325	(1.267)	(8.946)
(+) Despesas Financeiras Líquidas	5.374	17.537	4.347	5.432
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	33.058	33.960	8.210	8.863
<b>TOTAL</b>	<b>91.273</b>	<b>122.037</b>	<b>22.302</b>	<b>25.482</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>686.769</b>	<b>946.587</b>	<b>186.136</b>	<b>250.506</b>
<b>Margem LAJIDA(EBITDA) sobre ROL</b>	<b>13,29%</b>	<b>12,89%</b>	<b>11,98%</b>	<b>10,17%</b>